

A vez dos credores

Dívida Externa

Desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello, o governo brasileiro vinha determinando a velocidade e os rumos do tratamento da questão da dívida externa. Escudado, num primeiro momento, na tarefa de tirar a economia brasileira da rota do desastre hiperinflacionário, adiou o início dos contatos formais com as instituições mais representativas da comunidade financeira internacional. Depois, ancorado num sólido programa de estabilização econômica — cujos resultados, embora ainda insuficientes, são auspiciosos —, pôde negociar com firmeza as bases para um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Quando firmado, esse acordo representará o primeiro passo para a normalização das relações do País com o sistema financeiro internacional.

Tendo enviado a carta de intenções ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, no entanto, o governo brasileiro é obrigado a esperar uma decisão da direção do organismo financeiro internacional e a ceder, ainda que temporariamente, a iniciativa aos credores. Estes agiram com rapidez. O Instituto de Finanças Internacionais, que representa em Washington os interesses de 145 grandes bancos, anunciou que pressionará o FMI no sentido de não aprovar o acordo, caso o governo brasileiro não reinicie os pagamentos dos juros devidos desde julho do ano passado. O subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, falou no mesmo tom. Se deseja apoio do FMI para seu programa, o Brasil precisa chegar a um acordo com os bancos sobre os juros atrasados.

Essas pressões não devem estar surpreendendo o governo. Há algum tempo os dirigentes dos principais bancos credores — entre eles John Reed, presidente do Citicorp/Citibank, maior credor particular do Brasil — procuraram representantes do governo

para exigir o pagamento dos atrasados e lembrar que a manutenção da moratória poderia prejudicar as linhas de curto prazo utilizadas no financiamento do comércio exterior do País. O próprio subsecretário do Tesouro dos EUA esteve em Brasília há menos de um mês para, entre outras coisas, dizer à ministra Zélia Cardoso de Mello que esperava uma solução rápida para a questão dos juros.

Até agora, o governo brasileiro tem dito que os pagamentos ao Exterior estarão condicionados ao desempenho das contas do Tesouro e não mais, como ocorria até recentemente, à capacidade de geração de superávit comercial. Em outras palavras, a retomada do pagamento dependerá do êxito do programa de estabilização econômica. Visto pelo ângulo interno, é compreensível que o governo aja dessa forma, pois não pode admitir que se coloque em risco o destino de um programa que está exigindo sacrifícios de todos. Mas também é preciso reconhecer que, visto pelo ângulo externo, o Brasil não pode continuar a manter uma imagem de caloteiro se quiser se integrar competitivamente na economia mundial.

Na próxima semana, em Washington, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Leo Wallace Cochrane Júnior, fará um pronunciamento a empresários norte-americanos no qual pedirá maior apoio para o Brasil superar esse período de dificuldades e voltar a crescer. “Afinal, para que o Brasil possa pagar suas dívidas, é preciso que continue a crescer”, argumentará, com razão. Haverá, no entanto, alguém disposto a apoiar um país que não cumpre as obrigações contratuais assumidas no Exterior, entre as quais o pagamento daquilo que é devido? É este, no fim das contas, o sentido das declarações de David Mulford.